

CAMPOS DE DISPUTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PÚBLICO OU PRIVADO ¹

Antônio Carlos da Costa Nunes²

RESUMO

Diante dos desafios colocados pelo Plano Nacional de Educação este trabalho tem o objetivo de apresentar a discussão antagônica sobre o ensino superior na qual aparecem duas perspectivas: a) a defesa da educação superior como um bem privado, em que o estudante/consumidor possui os elementos necessários para a escolha e investimento em si; e b) por outro lado o artigo retoma autores que assumem a defesa do ensino superior como um bem público, cabendo ao Estado a responsabilidade do planejamento, execução e avaliação das políticas educacionais para o ensino superior. Para tal empreitada, toma-se como instrumento metodológico a pesquisa bibliográfica, com referência nos estudos da Sociologia do Ensino Superior e no Plano Nacional de Educação. Constata-se que este debate, embora tenha forte impacto no âmbito nacional, é uma discussão mais ampla no cenário internacional, com forte influência dos organismos internacionais que buscam formas de governo da educação superior.

Palavras-chave: Ensino superior. Bem público. Mercado.

Este trabalho se ocupará com o debate acerca do ensino superior no Brasil, tomando como referências teórico-conceituais duas dimensões aparentemente antagônicas: a) educação enquanto um direito do cidadão em que o planejamento, a execução e a avaliação são de inteira responsabilidade do Estado, ou b) enquanto um bem privado, em que há um enxugamento das atribuições estatais, com participação mais intensa do mercado, para o qual este campo social passa a ser concebido como um serviço, uma mercadoria disponível à escolha do consumidor. Antes, porém, de adentrar nas particularidades do cenário brasileiro, far-se-á necessária uma breve digressão no contexto internacional, tendo em vista tratar-se de um fenômeno supranacional com impactos claros nas políticas nacionais.

À guisa de especulação e amparado nas pesquisas que indicam que esses processos constituem certas formas de ser sujeito (VERGER e ROBERTSON, 2012), este trabalho tentará refletir em que medida isso vem ocorrendo no cenário brasileiro, em especial a partir da forte expansão do acesso ao ensino superior dos anos 90 aos dias atuais.

A pesquisa é parte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tinha como intuito analisar o discurso das mídias das instituições privadas de ensino

¹ A discussão deste trabalho compõe uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

² Mestre em educação. Universidade Federal de Minas Gerais



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

superior. Para caminhar no objetivo da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a defesa da educação superior como um bem público ou a defesa de que este espaço da educação deve se estabelecer amparado nos postulados do mercado.

Verifica-se que é de grande complexidade a relação que se estrutura em torno do Estado, do mercado e do sujeito. Por parte do Estado sua estrutura e atuação tem se minimizado ao longo dos anos, primeiramente na transferência de recursos para a execução de serviços, depois sendo ele mesmo, cada vez mais guiado por agentes do mercado e organismos não estatais, seja na definição até a fiscalização das políticas educacionais. (VERGER e ROBERTSON, 2012). No que tange ao mercado, a promessa da eficiência, da redução da burocracia e da utilização da criatividade aparecem enquanto elementos diferenciais para lidar os problemas educacionais. E por último, o sujeito que antes era objeto das políticas governamentais, ainda continua sendo, só que cada vez mais sob a égide de um outro ator: o mercado.

Se a aposta de alguns autores está correta o governo por meio das PPPE, é mais do que o mero pacto de relacionamento entre agentes públicos e privados. Esse tipo de relação atua, permeando outra relação: a do sujeito com o Estado, favorecendo a constituição de um sujeito consumidor ao invés de um sujeito público/político. (VERGER e ROBERTSON, 2012).

Soma-se a isso, um conjunto de estratégias gerenciais por parte das empresas educacionais que podem incidir sobre este sujeito, tais como: a) a profissionalização da gestão educacional, sendo mais adequado um administrador do que um ator do meio pedagógico. As empresas familiares, ou conduzidas por um educador, tendem a optar por um gestor para garantir a competitividade institucional (SAMPAIO, 2014); b) Regionalização e interiorização das vagas, facilitando o acesso por meio de polos, presenciais ou EAD, chegando muitas vezes onde não havia a presença do Estado (SAMPAIO, 2011); c) fragmentação das carreiras (década de 90) às profissões de ofício, nas quais, cada vez mais torna-se necessário realizar uma formação acadêmica para exercer atividades que antes eram passadas por tradição ou por formações menos delongadas (SAMPAIO, 2011) c) Criação de “pacotes de conhecimento”, visando o reforço da ideia da formação continuada e permanente (SAMPAIO, 2011); d) Gozo da autonomia universitária, para abrir, fechar ou transferir cursos de campus de acordo com as necessidades empresariais (SAMPAIO, 2011); e) E, cada dia mais



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

perceptível a utilização dos espaços midiáticos para divulgação das vagas nessas instituições, servindo como um conjunto de “informações” para escolha dos candidatos. (BERTOLIN, 2011; MARQUES, 2013).

É preciso adentrar mais nesses discursos, pois uma defesa de que o mercado seria excludente ao receber somente os pagantes e, que não seria uma opção das mais democráticas, dentre outras acusações, parecem frágeis se o olhar volta-se para a própria história da universidade brasileira. Como bem explanou Fávero (1980), uma instituição pública como a Universidade de São Paulo, por exemplo, “nasce com uma missão muito definida: formar uma elite dirigente com conhecimentos específicos” (p. 60). Nesse sentido é bem sabido que pelo menos no que tange ao acesso das camadas populares ao ensino superior na abrangência que comportou até hoje, só se deu pela clara orientação de uma política de transferência de responsabilidades ao setor privado. Por outro lado, a acusação do mercado de que o Estado controla demais e é ineficiente também precisa ser questionada, visto que se o *ethos* mercadológico se encontra no lucro nem sempre a fórmula tão presente nos manuais de administração “fazer mais com menos” será eficiente o suficiente para garantir uma educação de qualidade. A constatação que se faz é da existência de uma polifonia sobre o que é ensinar, o que é aprender, a educar e, ainda, um conjunto de orientações onde e como esses processos devem ser operados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERTOLIN, Júlio Cesar G. Os quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado. **Educ. Pesqui.** vol.37, n.2, pp. 237-248, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a02.pdf>.> Acessado em: 10 set. 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e Poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

ROBERTSON, Susan and VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educ. Soc.** [online]. 2012, vol.33, n.121, pp. 1133-1156. ISSN 0101-7330.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

discussão. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.29, n.84, pp. 43-55, 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/02.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. Helena, O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidade e transformações. **Revista de Ensino Superior Unicamp**, p.28-43, 2011. Disponível em <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-set>>. Acesso em: 02 jun. 2014



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>